

PEC da Transição deve ter texto final divulgado hoje

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), membro da equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que prepara a futura gestão do governo federal, afirmou que o texto final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição deve ser entregue oficialmente hoje ao Senado e a opção mais provável é de que os gastos com o Bolsa Família sejam retirados do teto de gastos por quatro anos, até 2026.

Semana passada, uma minuta inicial foi entregue pela equipe de transição ao relator do orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), e previa que o programa social ficaria para sempre de fora do teto, âncora fiscal criada em 2016 e que limita o crescimento das despesas de um ano para outro à correção da inflação pelo IPCA.

Nesse cenário, outras ideias foram apresentadas nos últimos dias por senadores, o que acabou pressionando a equipe de Lula a avaliar eventuais ajustes no conteúdo do texto. Até ontem, havia iniciativas de ao menos três parlamentares: Tasso Jereissati (PSDB-CE), Alessandro Vieira (PSB-SE) e José Serra (PSDB-SP) (ver quadro).

Randolfe destacou que há vontade da equipe de transição em debater o assunto com outros parlamentares:

– Estamos à disposição de ouvir do parlamento outras propostas.

A versão de Tasso, a mais detalhada e que ontem ele divulgou e batizou de PEC da Sustentabilidade Social, eleva em cerca de R\$ 80 bilhões de forma permanente o limite do teto de gastos a partir de 2023. A PEC da Transição original da equipe de Lula da Silva autoriza R\$ 198 bilhões de despesas fora do teto em 2023. E recebeu críticas de alguns economistas e investidores justamente por retirar as despesas do Bolsa Família de forma permanente do teto. Pela PEC de Tasso, o teto seria reajustado, mas a âncora fiscal permaneceria em vigor.

Tasso encaminhou sua proposta a membros do grupo de economistas da transição (André Lara Resende, Pérsio Arida, Nelson Barbosa e Guilherme Mello).

– Mas eles não se dizem os responsáveis pela PEC da Transição – ponderou Tasso, que ainda criticou:

– Quem é o interlocutor? Com quem é que a gente vai falar? É com

o Aloizio Mercadante, Wellington Dias ou Fernando Haddad (*integrantes da transição*)? Então, estou tentando conversar aqui dentro do Senado.

Para ele, a PEC da Transição “não passa” tão fácil no Senado.

– Mais do que prover políticas públicas sociais temos que garantir sustentabilidade a essas políticas ao longo do tempo e previsibilidade e proteção aos beneficiários – acrescentou Tasso.

Já a versão de Alessandro Vieira havia sido apresentada no sábado, com a sugestão de reduzir de R\$ 175 bilhões para R\$ 70 bilhões o valor destinado ao Bolsa Família e que ficaria fora do teto de gastos. Na visão de Vieira, a PEC original é “genérica” e “abrangente” e pode colocar em risco a credibilidade fiscal, o que levaria ao aumento do custo da dívida do país.

Vieira propõe deixar de fora da âncora fiscal só o valor necessário para manter a parcela atual de R\$ 600 (R\$ 52 bilhões) do Bolsa Família (que em 2023 cairia para R\$ 405, conforme orçamento elaborado pela gestão Jair Bolsonaro), e conceder o adicional de R\$ 150 (R\$ 18 bilhões) a crianças de até seis anos no programa, o que soma R\$ 70 bilhões. Nesse caso, os R\$ 105 bilhões já previstos para o programa no orçamento do ano que vem seriam suficientes para pagar a parte de R\$ 405, e ficariam dentro do teto.

Na ideia de Serra, o aporte para o Bolsa Família e aumento real do salário mínimo seria de R\$ 100 bilhões, via créditos extraordinários e com substituição do teto por limite da dívida.

Mobilização

Ainda ontem, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), iria se reunir, à noite, com a bancada do PT no Senado para articular os detalhes finais. Antes, ela foi para as redes sociais declarar que será necessária “mobilização” para aprovação da proposta.

“Esta semana a PEC do Bolsa Família (*também chamada de PEC da Transição*) começa a tramitar no Congresso e precisamos de grande mobilização de toda a sociedade para garantir sua aprovação. Ela é fundamental pra atender os brasileiros que mais precisam e assim dar o primeiro passo pra reverter o caos social”, escreveu.

Versões

PEC DA TRANSIÇÃO Minuta inicial apresentada pela equipe de Lula na semana passada

- Retira do teto de gastos R\$ 198 bilhões em 2023, divididos assim:
 - R\$ 105 bilhões: para bancar a parte de R\$ 405 do Bolsa Família.
 - R\$ 70 bilhões: para que o valor do Bolsa Família chegue a R\$ 600 e haja espaço para R\$ 150 a mais por crianças de até seis anos (promessa de campanha do presidente eleito).
 - R\$ 23 bilhões: para despesas em investimentos (o valor corresponde a 6,5% do excesso de arrecadação de receitas correntes de 2021).
- Também retira o Bolsa Família do teto de gastos de forma permanente. Ontem, porém, membros da transição já admitiam que a PEC poderia ser protocolada no Senado, nesta semana, retirando o programa social do teto apenas nos próximos quatro anos (período do mandato de Lula).

AS ALTERNATIVAS

A encampada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

- Aumento do Bolsa Família de R\$ 405 para R\$ 600: R\$ 52 bilhões.
- Aumento real do salário mínimo em 1,4%: R\$ 6,4 bilhões.

Ex-ministro: há espaço para gastar R\$ 136 bi a mais em 2023

Ex-ministro das pastas da Fazenda e do Planejamento, Nelson Barbosa afirmou que expandir os gastos em até R\$ 136 bilhões no ano que vem não significaria aumento de despesas na proporção do PIB em relação ao nível de 2022.

Barbosa, que integra o time de economia da equipe que prepara a futura gestão do governo montada pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), também falou sobre uma das alternativas apresentadas no Senado:

– Minha opinião pessoal é de que R\$ 70 bilhões é pouco. Porque o orçamento que foi mandado para 2023 tem gasto em proporção ao PIB inferior ao de 2022. Este ano, o governo Jair Bolsonaro vai gastar, segundo o último relatório bimestral, 18,9% do PIB. Aliás, vão soltar outro relatório bimestral (*hoje, provavelmente*), vamos

- Zerar a fila do SUS: R\$ 8,5 bilhões.
- Recomposição da Farmácia Popular: R\$ 1,2 bilhão.
- Recomposição da merenda escolar: R\$ 1,5 bilhão.
- Recomposição do fundo científico e tecnológico: R\$ 6 bilhões.
- Implementação da Lei Aldir Blanc: R\$ 3 bilhões.
- Total: R\$ 78,6 bilhões.
- Como funcionaria: aumento do teto nesse valor total, mantendo o limite.

A do senador Alessandro Vieira (PSDB-SE)

- Aumento do Bolsa Família de R\$ 405 para R\$ 600: R\$ 52 bilhões.
- Adicional de R\$ 150 por criança de até seis anos no Bolsa Família: R\$ 18 bilhões.
- Total: R\$ 70 bilhões.
- Como funcionaria: autorização para gastar fora do teto de gastos.

A do senador José Serra (PSDB-SP)

- Bolsa Família completo e aumento real do salário mínimo: R\$ 100 bilhões.
- Como funcionaria: por meio de créditos extraordinários e com substituição do teto por limite da dívida, a ser apresentado em seis meses.

ver qual a despesa que eles vão projetar para este ano. Acho que é próximo de 19% do PIB. Para o ano que vem, o governo projetou gasto de 17,6%, significativamente inferior ao desse ano.

De acordo com Barbosa, a previsão de gasto para 2023 feita pelo atual governo Jair Bolsonaro é menor do que o valor que deve ser praticado neste ano.

– Significa que, se adicionar até R\$ 136 bilhões ao orçamento do ano que vem, o gasto será igual ao efetivamente feito no último ano do governo Bolsonaro – alegou Barbosa.

Ainda assim, evitou sugerir previsão ideal de despesas:

– A equipe de transição no Congresso está negociando, e nós (*a equipe de economistas que ele integra*) não temos recomendação de valor.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Congresso **Página:** 8